

Cláusula 7.ª

Tutela inspetiva do Estado

1 — Compete ao 1.º outorgante fiscalizar a execução do contrato-programa, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias, ou determinar a realização de uma auditoria por entidade externa.

2 — As ações inspetivas designadas no número anterior podem ser tornadas extensíveis à execução dos contratos-programa celebrados pelo 2.º outorgante nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, designadamente através da realização de inspeções, inquéritos, sindicâncias ou auditoria por uma entidade externa, devendo aqueles contratos-programa conter cláusula expressa nesse sentido.

Cláusula 8.ª

Combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo

O não cumprimento pelo 2.º outorgante do princípio da igualdade de oportunidades e da igualdade de tratamento entre homens e mulheres, das determinações da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) e do Conselho Nacional do Desporto, e de um modo geral, da legislação relativa ao combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo, implica a suspensão e, se necessário, o cancelamento das comparticipações financeiras concedidas pelo 1.º outorgante.

Cláusula 9.ª

Formação de treinadores

O não cumprimento pelo 2.º outorgante do regime de acesso e exercício da atividade de treinador de desporto estabelecido pela Lei n.º 40/2012, de 28 de agosto, implica a suspensão e, se necessário, o cancelamento das comparticipações financeiras concedidas pelo 1.º outorgante.

Cláusula 10.ª

Revisão do contrato

O presente contrato-programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes e em conformidade com o estabelecido no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula 11.ª

Vigência do contrato

1 — O presente contrato entra em vigor na data da publicação no *Diário da República*

2 — Sem prejuízo do cumprimento das obrigações estabelecidas na cláusula quinta, o contrato termina em 31 de dezembro de 2018.

3 — O presente contrato retroage à data de 1 de janeiro de 2018, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 287.º do CPP e atento o interesse público expresso na cláusula 2.ª

Cláusula 12.ª

Disposições finais

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, este contrato-programa é publicado na 2.ª série do *Diário da República*.

2 — Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são submetidos a arbitragem nos termos da lei.

3 — Da decisão cabe recurso nos termos da lei.

Assinado em Lisboa, em 12 de novembro de 2018, em dois exemplares de igual valor.

12 de novembro de 2018. — O Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., *Vitor Pataco*. — A Presidente em Exercício da Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência, *Cristina Isabel Marques da Silva*. — O Tesoureiro da Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência, *Ricardo Numo de Bastos Soares*.

ANEXO I

(ao contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º CP/571/DDF/2018)

Quadro de Revisão do Apoio

Indicador	Valorização do apoio face aos indicadores
N.º de praticantes	≥ 250 de praticantes — 2,5 % [200, 250[de praticantes — 2 % [150, 200[de praticantes — 1,5 % [100, 150[de praticantes — 1 % [50, 100[de praticantes — 0,5 % [0, 50[de praticantes — 0 %
N.º de países	Modalidades individuais: ≥ 24 de países — 2,5 % [10, 23] de países — 1 % [0, 9] de países — 0 % Modalidades coletivas: ≥ 16 de países — 2,5 % [8, 15] de países — 1 % [0, 7] de países — 0 %
Participação de praticantes de alto nível.	Participação de praticante medalhado em Jogos Olímpicos e/ou campeonatos do mundo de absolutos: Sim — 2,5 % Não — 0 % ou 0,5 %, até ao máximo de 2,5 %, por cada praticante de alto nível — classificação até ao 8.º lugar, nos últimos 4 anos, em campeonato no mundo, da Europa, Jogos Olímpicos/Paralímpicos e Ranking Mundial
Transmissão direta	Sim — 1 % Não — 0 %

311821215

Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.,
e Federação Portuguesa de Natação

Contrato n.º 844/2018

**Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo
n.º CP/284/DFQ/2018**

Formação de Recursos Humanos

Entre:

1 — O Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., pessoa coletiva de direito público, com sede na Rua Rodrigo da Fonseca, n.º 55, 1250-190 Lisboa, NIPC 510 089 224, aqui representado por *Vitor Pataco*, na qualidade de Presidente do Conselho Diretivo, adiante designado como 1.º Outorgante; e

2 — A Federação Portuguesa de Natação, pessoa coletiva de direito privado, titular do estatuto de utilidade pública desportiva, concedido através de Despacho n.º 51/93, de 29 de novembro, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 288, de 11 de dezembro, com sede na(o) Moradia do Complexo do Jamor — Estrada da Costa, 1495-688 Cruz Quebrada Dafundo, NIPC 501665056, aqui representada por *António José da Rocha Martins da Silva*, na qualidade de Presidente, adiante designada por Federação ou 2.º Outorgante.

Nos termos dos artigos 7.º, 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro — Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto — e do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro — Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo — em conjugação com o disposto nos artigos 4.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 98/2011, de 21

de setembro, é celebrado um contrato-programa de desenvolvimento desportivo que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objeto do contrato-programa

1 — Constitui objeto do presente contrato a concessão de uma participação financeira, a qual se destina à execução do Programa de Formação de Recursos Humanos, cujas ações se encontram discriminadas no Anexo I ao presente contrato e dele fazendo parte integrante, que o 2.º Outorgante apresentou ao 1.º Outorgante e se propõe levar a efeito no decurso do corrente ano.

2 — O programa objeto de participação financeira ao abrigo do presente contrato-programa, constitui um Anexo deste contrato-programa, publicado e publicitado nos termos do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

3 — O programa de formação referido no número anterior não contempla a formação de praticantes desportivos.

Cláusula 2.ª

Ações de formação a participar

São comparticipadas financeiramente as ações relacionadas com a formação de recursos humanos, designadamente:

- a) Formação Inicial de Treinadores;
- b) Atualização para Treinadores;
- c) Formação Inicial de Árbitros/Juízes;
- d) Atualização para Árbitros /Juizes;
- e) Ações de Formação para Dirigentes;
- f) Ações de Formação de Formadores;
- g) Outras ações de Formação de Agentes Desportivos.

Cláusula 3.ª

Período de execução do programa

O prazo de execução do programa objeto de participação financeira ao abrigo do presente contrato-programa termina em 31 de dezembro de 2018.

Cláusula 4.ª

Comparticipação financeira

1 — A participação financeira a prestar pelo 1.º Outorgante ao 2.º Outorgante, para apoio exclusivo à execução do programa referido na cláusula 1.ª é de 47.000,00€ (Quarenta e sete mil euros).

2 — Qualquer alteração à realização das ações de formação indicadas no Anexo I ao presente contrato, deve ser solicitada ao 1.º Outorgante, com base numa proposta fundamentada do 2.º Outorgante a apresentar até 60 dias (sessenta) antes do termo da execução do programa de Formação de Recursos Humanos, nos termos da cláusula 10.ª do presente contrato.

Cláusula 5.ª

Disponibilização da participação financeira

A participação referida no n.º 1 da cláusula 4.ª é disponibilizada mensalmente, com o valor de 20.000,00 € no mês de junho e de 4.500,00 € nos meses de julho a dezembro.

Cláusula 6.ª

Obrigações da Federação

São obrigações da Federação:

a) Executar o Programa de Formação de Recursos Humanos, apresentado ao 1.º Outorgante, em anexo e que faz parte integrante do presente contrato, de forma a atingir os objetivos expressos naquele programa;

b) Prestar todas as informações bem como apresentar comprovativos da efetiva realização da despesa acerca da execução deste contrato-programa, sempre que solicitados pelo 1.º Outorgante;

c) Apresentar relatórios individuais de cada ação de formação, até um mês após a sua realização, de acordo com o modelo próprio de relatório definido pelo 1.º Outorgante, para efeitos de validação técnico-financeira;

d) Facultar, sempre que solicitado, ao 1.º Outorgante ou a entidade credenciada a indicar por aquele, na sua sede social, o mapa de Execução Orçamental a 31 de dezembro 2018, o Balancete Analítico a 31 de dezembro 2018 antes do apuramento de resultados do Programa de Formação de Recursos Humanos e, para efeitos de validação técnico-financeira, os documentos de despesa, legal e fiscalmente aceites,

que demonstrem os pagamentos efetuados no âmbito da execução do Programa de Formação de Recursos Humanos;

e) De acordo com o estabelecido no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, criar um centro de resultados próprio e exclusivo para execução do programa de desenvolvimento desportivo objeto do presente contrato, não podendo nele imputar outros custos e proveitos que não sejam os da execução deste programa, de modo a permitir o acompanhamento da aplicação das verbas confiadas exclusivamente para este fim;

f) Publicitar, em todos os meios de promoção e divulgação das ações de formação, bem como nos manuais de formação e documentação técnica em forma de publicação, o logótipo do 1.º Outorgante conforme regras previstas no livro de normas gráficas;

g) Consolidar nas contas do respetivo exercício todas as que decorrem da execução do Programa de Formação de Recursos Humanos objeto deste contrato;

h) Celebrar, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, e publicitar integralmente na respetiva página da Internet os contratos-programa referentes a apoios e participações financeiras atribuídas aos clubes, associações regionais ou distritais ou ligas profissionais, nela filiados.

Cláusula 7.ª

Incumprimento das obrigações do 2.º Outorgante

1 — Sem prejuízo do disposto na cláusula 8.ª, há lugar à suspensão das participações financeiras por parte do 1.º Outorgante quando a 2.º Outorgante não cumpra:

- a) As obrigações referidas na cláusula 6.ª do presente contrato-programa;
- b) As obrigações contratuais constantes noutros contratos-programa celebrados com o 1.º Outorgante;
- c) Qualquer obrigação decorrente das normas legais em vigor.

2 — O incumprimento culposo do disposto nas alíneas a), b), c), d), e), f), g), h) e/ou i) da cláusula 6.ª, concede ao 1.º Outorgante o direito de resolução do presente contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa de Formação de Recursos Humanos.

3 — O 2.º Outorgante obriga-se a restituir ao 1.º Outorgante as participações financeiras concedidas que não tenham sido aplicadas na execução do competente Programa de Atividades anexo ao presente contrato-programa.

Cláusula 8.ª

Combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo

O não cumprimento pelo 2.º Outorgante do princípio da igualdade de oportunidades e da igualdade de tratamento entre homens e mulheres, das determinações da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) e do Conselho Nacional do Desporto, e de um modo geral, da legislação relativa ao combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo, implica a suspensão e, se necessário, o cancelamento das participações financeiras concedidas pelo 1.º Outorgante.

Cláusula 9.ª

Formação de treinadores

O não cumprimento pelo 2.º Outorgante do regime de acesso e exercício da atividade de treinador de desporto estabelecido pela Lei n.º 40/2012 de 28 de agosto, implica a suspensão e, se necessário, o cancelamento das participações financeiras concedidas pelo 1.º Outorgante.

Cláusula 10.ª

Tutela inspetiva do Estado

1 — Compete ao 1.º Outorgante fiscalizar a execução do contrato-programa, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias, ou determinar a realização de uma auditoria por entidade externa.

2 — As ações inspetivas designadas no número anterior podem ser tornadas extensíveis à execução dos contratos-programa celebrados pelo 2.º Outorgante nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, designadamente através da realização de inspeções, inquéritos, sindicâncias ou auditoria por uma entidade externa, devendo aqueles contratos-programa conter cláusula expressa nesse sentido.

Cláusula 11.ª

Revisão do contrato

O presente contrato-programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes e em conformidade com o estabelecido no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula 12.ª

Vigência do contrato e produção de efeitos

Salvaguardando o disposto na cláusula 3.ª a produção de efeitos do presente contrato, que entra em vigor na data da sua publicação no *Diário da República*, retroage à data de início da execução do programa e termina em 31 de dezembro de 2018.

Cláusula 13.ª

Disposições finais

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, este contrato-programa é publicado na 2.ª série do *Diário da República*.

2 — Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são submetidos a arbitragem nos termos da lei.

3 — Da decisão cabe recurso, nos termos da lei.

Assinado em Lisboa, em 15 de outubro de 2018, em dois exemplares de igual valor.

15 de outubro de 2018. — O Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., *Vitor Pataco*. — O Presidente da Federação Portuguesa de Natação, *António José da Rocha Martins da Silva*.

ANEXO I

(ao Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo n.º CP/284/DFQ/2018)

Ações e cursos a desenvolver no âmbito do programa de formação de recursos humanos**Ações de formação/Cursos**

- 1 — Curso Elementar Arbitragem de NP
- 2 — Curso Elementar Arbitragem de NP
- 3 — Curso Elementar Arbitragem de NP
- 4 — Curso Elementar Arbitragem de NP
- 5 — Curso Elementar Arbitragem de NP
- 6 — Curso Elementar Arbitragem de NP
- 7 — Curso Elementar Arbitragem de NP
- 8 — Curso Elementar Arbitragem de NP
- 9 — Curso Elementar Arbitragem de NP
- 10 — Curso Elementar Arbitragem de NP
- 11 — Curso Elementar Arbitragem de NP
- 12 — Curso Elementar de Arbitragem PA
- 13 — Curso Elementar de Arbitragem PA
- 14 — Curso Elementar de Arbitragem PA
- 15 — Curso Elementar Arbitragem de NS
- 16 — Curso Elementar Arbitragem de NS
- 17 — Curso Elementar Arbitragem de NS
- 18 — Curso Complementar de Arbitragem NS
- 19 — Curso Complementar de Arbitragem de NP
- 20 — Curso Nacional de Arbitragem NP
- 21 — Curso Nacional de Arbitragem NP
- 22 — Curso Nacional de Arbitragem AA
- 23 — Reciclagem de árbitros de NP
- 24 — Reciclagem de árbitros de NP
- 25 — Reciclagem de árbitros de NP
- 26 — Regras de Classificação Desportiva WPS
- 27 — Curso Nacional de Classificação Desportiva
- 28 — Fórum da Natação dos Açores
- 29 — Jornadas Técnicas Natação Artística
- 30 — Congresso Técnico Científico APTN
- 31 — Curso de Curta Duração
- 32 — Curso de Curta Duração
- 33 — Curso de Curta Duração
- 34 — Curso de Curta Duração
- 35 — Curso de Curta Duração
- 36 — Curso de Curta Duração
- 37 — Estrutura e Planeamento das sessões de treino na Natação — da Escola de Natação à Competição

38 — Aprendizagem das técnicas de natação: erros mais comuns e progressões

- 39 — Aprendizagem das Técnicas e viragens em escalões de formação
- 40 — Metodologia do Ensino e aperfeiçoamento de Bruços
- 41 — AF Treino Fora de Água
- 42 — AF natação Adaptada
- 43 — Ação de Formação Técnicos WP
- 44 — Psicologia Motivacional — A mente do Atleta
- 45 — Natação: A importância do treino fora de água
- 46 — Workshop Natação
- 47 — Workshop Polo Aquático
- 48 — Ação de Formação Cadetes 1 NPD
- 49 — Ação de Formação Cadetes 1 NPD
- 50 — Ação de Formação Cadetes 1 NPD
- 51 — Ação de Formação Cadetes 1 NPD
- 52 — Ação de Formação Cadetes 1 NPD
- 53 — Ação de Formação Cadetes 1 NPD
- 54 — Ação de Formação Cadetes 1 NPD
- 55 — Ação de Formação Cadetes 1 NPD
- 56 — Ação de Formação Cadetes 1 NPD
- 57 — Ação de Formação Cadetes 1 NPD
- 58 — Ação de Formação Cadetes 1 NPD
- 59 — Ação de Formação Infantis 1 NPD
- 60 — Ação de Formação Infantis 1 NPD
- 61 — Ação de Formação Infantis 1 NPD
- 62 — Ação de Formação Infantis 1 NPD
- 63 — Ação de Formação Infantis 1 NPD
- 64 — Ação de Formação Infantis 1 NPD
- 65 — Ação de Formação Infantis 1 NPD
- 66 — Ação de Formação Infantis 1 NPD
- 67 — Ação de Formação Infantis 1 NPD
- 68 — Ação de Formação Infantis 1 NPD
- 69 — Ação de Formação Infantis 1 NPD
- 70 — Suporte Básico de Vida, Lesões e Primeiros Socorros
- 71 — Aquatic Emergency Care Provider
- 72 — A. F. Natação adaptada
- 73 — Ama na Deficiência
- 74 — Novas Figuras e Elementos Técnicos
- 75 — Aprendizagem de Coreografias
- 76 — Treino de resistência de remadas na NS
- 77 — Aplicabilidade de materiais auxiliares no treino técnico e de força
- 78 — Treino Técnico de Base
- 79 — Didática do Polo Aquático — Tática
- 80 — Didática do Polo Aquático — Técnica
- 81 — Processo de formação desportiva no PA
- 82 — O Treino de Força no PA
- 83 — Avaliação e Controlo de Treino em Natação — Avaliação Bio-mecânica
- 84 — Avaliação e Controlo de Treino em Natação — Avaliação Fisiológica
- 85 — Avaliação e Controlo de Treino em Natação — Treino de Força
- 86 — Avaliação e Controlo de Treino em Natação — Apoio Psicológica
- 87 — O Treino Técnico em Natação nos Escalões Jovens
- 88 — O Treino de Partidas e Viragens
- 89 — Adaptação ao Meio Aquático
- 90 — Natação para Bebés
- 91 — A prevenção de lesões em natação
- 92 — Modelo de Referência Técnico FPN Ensino e Aperfeiçoamento
- 93 — Modelo de Referência Técnico FPN Ensino e Aperfeiçoamento
- 94 — Modelo de Referência Técnico FPN Ensino e Aperfeiçoamento
- 95 — Modelo de Referência Técnico FPN Ensino e Aperfeiçoamento
- 96 — Modelo de Referência Técnico FPN Ensino e Aperfeiçoamento
- 97 — Curso de Manutenção de Piscinas
- 98 — Desenvolvimento Global das AA em Portugal
- 99 — Plano Estratégico AA
- 100 — Dos 1500 metros aos 10,000 metros
- 101 — Ação AT
- 102 — Ação AT
- 103 — Ação AT
- 104 — Ação AT
- 105 — Ação AT
- 106 — Coordenação de uma escola de natação
- 107 — Coordenação de uma escola de natação
- 108 — Coordenação de uma escola de natação
- 109 — Curso Grau I
- 110 — Curso Grau I
- 111 — Curso Grau I
- 112 — Curso Grau I
- 113 — Curso Grau I
- 114 — Curso Grau II